

ENSINO SUPERIOR

36 cursos ficaram sem ninguém

Redução de colocados atinge mais politécnicos e cursos de engenharia

Com 1100 cursos à disposição, não foi por falta de escolhas que mais alunos não entraram este ano no ensino superior. Entre exames mais difíceis, alterações nas regras de acesso, dificuldades económicas ou a percepção de que o investimento não compensa, são várias as razões apontadas pelos responsáveis das instituições para justificar o facto de haver menos mil coloiros a chegar às universidades e politécnicos.

Os resultados da 2ª fase do concurso de acesso ao superior foram divulgados esta semana e mostram que a redução não afeta todas as instituições por igual — seis universidades preencheram mais de 90% das vagas logo na 1ª fase e, tal como vem acontecendo nos últimos anos, alguns politécnicos, sobretudo do interior, acabam por ser os mais penalizados.

Segundo as contas do Expresso, a partir do cruzamento entre as vagas que vão agora para a 3ª fase do concurso, segundo os dados da Direção-Geral do Ensino Superior, e as inicialmente disponibilizadas, os institutos politécnicos de Bragança, Guarda, Portalegre e Tomar continuam com mais de metade dos lugares vazios.

A situação não é inédita e as escolas contam com outros públicos que concorrem fora do concurso nacional — como os maiores de 23 anos, os jovens que vêm dos cursos de especialização tecnológica (pós-secundários) e, cada vez mais, do estrangeiro — para ‘compor’ a casa.

Mas, por agora, o cenário é este: há dezenas de cursos que continuam praticamente vazios. E há mesmo 36 que não conseguiram atrair qualquer candidato em nenhuma das fases do concurso. Entre estes, apenas três não têm “engenharia” no nome.

O fenómeno da fuga das engenharias atinge tal dimensão que nem é comparável com a diminuição na área de formação de professores, acentuada desde

que se agravaram as dificuldades de colocação nas escolas.

“Houve uma hecatombe na área das tecnologias. Os jovens foram afastados das áreas de que o país mais precisa e direcionados para outros cursos com menos emprego”, lamenta João Sobrinho Teixeira, presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos. Em causa, explica, estão as novas regras, aprovadas em 2009 mas que só este ano entraram em vigor, que impõem a realização de determinados exames como condição de acesso.

Por exemplo, qualquer curso com a designação de engenharia passou a exigir que os candidatos façam, e tenham positiva, nos exames nacionais de Matemática e de Física e Química. E estas são duas das provas com médias mais baixas. O que impede, logo à partida, que muitos se candidatem a estes cursos.

O peso dos exames

“A redução de candidatos não resulta de um problema demográfico nem tem que ver com a apetência dos alunos pela frequência do ensino superior. Prende-se apenas com a maior ou menor dificuldade que as provas específicas de acesso (os exames nacionais) apresentam em cada ano. Não existe uma estratégia de acesso ao ensino superior e nem sequer se pode fazer uma análise sobre se a atual dimensão da rede é adequada: o sistema está dependente apenas do grau de dificuldade das provas e que tem determinado a evolução de candidatos”, critica Sobrinho Teixeira, lembrando que só nos últimos dois anos concorreram menos seis mil (contando apenas a 1ª fase do concurso).

O desperdício é ainda maior quando, até ao último ano, as instituições foram incentivadas a aumentar a sua oferta (na sequência do contrato de confiança assinado com o anterior Governo) e que não é depois apro-



As maiores universidades, como a Técnica de Lisboa, são menos penalizadas FOTO DAVID CLIFFORD

veitada, acrescenta. “Portugal assumiu o compromisso com a União Europeia de ter 40% dos jovens com habilitação superior em 2020. O que vai acontecer é afastarmos-nos dessa meta”, avisa.

Falta de emprego

Mas as perspetivas de emprego, ou a falta delas, também têm de entrar nestas explicações, diz José Carlos Quadrado, presidente do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL). O curso de Engenharia Civil do ISEL tem o recorde de vagas sobran-tes: abriu 150, está com 143 por preencher. E nada mudou nas suas regras de acesso, que já exigiam os exames de Matemática e de Física e Química. “A redu-

ção prende-se com a consciência de que nos próximos anos não haverá muito futuro nesta área. A maioria dos pais dos nossos alunos são engenheiros e professores. E eles estão informados sobre o mercado”, justifica o presidente do ISEL.

Além do grau de dificuldade dos exames, Luísa Cerdeira, pró-reitora da Universidade de Lisboa, acrescenta outras duas razões “que são hoje plausíveis” para explicar a redução de candidatos. “As famílias podem estar com a percepção de que investir na educação não compensa, dadas as dificuldades que os diplomados estão a ter na obtenção do primeiro emprego. Isso é perigoso e distorcido, pois os estudos internacionais mostram que ter habili-

tação superior compensa ao longo da vida”.

Quanto às dificuldades financeiras, Luísa Cerdeira admite que também possam vir a afastar alguns jovens, sobretudo entre as famílias que têm de pagar propinas e a deslocação dos filhos. “Recentemente fui alertada para a situação de alunos que estão no 3º e no 4º ano do curso e que ainda não pagaram as propinas do ano passado”, conta.

Por esta ou outras razões, sobram nove mil vagas para a 3ª fase do concurso de acesso, que termina a 5 de outubro. A maioria está obviamente nas engenharias, mas há centenas de cursos à escola. Da Filosofia à Gestão ou da Astronomia à Equinicultura.

ISABEL LEIRIA
ileiria@expresso.imprensa.pt

ORÇAMENTO

Finanças dão razão às universidades

Afinal, as instituições de ensino superior podem continuar a usar as suas receitas próprias para fazer investimentos e comprar bens e serviços sem terem de pedir autorização prévia ao ministro das Finanças — ao contrário do que lhes tinha sido comunicado a meio deste mês. A informação foi transmitida ontem a reitores e presidentes dos institutos politécnicos que foram manifestando, ao longo das últimas semanas, muitas críticas a “mais esta limitação”. Segundo o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), a aplicação da diretiva das Finanças (destinada a todos os serviços da administração central) às escolas superiores violava a sua autonomia e poderia levar à rutura das instituições. Uma simples reparação na canalização, um lucrativo contrato de prestação de serviços que implicasse contratar alguém ou a realização de alguns cursos poderiam não se fazer por causa desta medida, avisaram vários responsáveis. Apesar deste recuo, o CRUP não deixa de lamentar os “fortes constrangimentos” a que as instituições têm sido sujeitas nos últimos anos. “A dotação global atribuída pelo Orçamento do Estado para o ensino superior passou de 1127 milhões de euros, em 2008, para 917,4 milhões, em 2012, o que corresponde a um corte de cerca de 20% num período escasso de cinco anos”, lembra o CRUP num comunicado divulgado esta semana.

NOVOS ALUNOS

49.652

estudantes entraram nas duas primeiras fases do concurso nacional de acesso ao ensino superior. No ano passado, na mesma altura, tinham entrado 50.641. Para a 3ª fase sobram 9 mil vagas, distribuídas por 450 licenciaturas

VEJA A LISTA DOS CURSOS SEM ALUNOS COLOCADOS EM www.expresso.pt/cursossemalunos

Qualidade Devida

Luísa Schmidt



HÁ PETRÓLEO NO BEATO...

E não é só o petróleo; é também gás natural. Parece que afinal também temos o nosso Texas e qualquer dia teremos os nossos Dallas e J.R. na capital das frutas!

Estas são de facto grandes notícias — então porque não se dá por elas? É que, olhando mais de perto, percebe-se que tudo foi noticiado com muito pouca informação. Furando um bocadinho, pequenas coisas se começa-

vo e a opinião pública. Não sabemos se está a ser retirado o benefício público que nos é devido, o que, para um povo que sofre na pele os contratos traumáticos das parcerias público privadas, não traz qualquer segurança. Por alguma razão o Parlamento Europeu acabou de aprovar legislação para a transparência na indústria extrativa.

O país não sabe praticamente nada dos termos dos contratos e

tróleo que já eram afinal conhecidos há muito. Ora, se agora, por uma conjugação de preços, custos e tecnologias, toda esta riqueza mereceu o interesse de grandes empresas internacionais que se dispõem a gastar centenas de milhões para nos extrair os tesouros debaixo dos pés, não seria isto a notícia mágica para dar ânimo ao povo? Curiosamente não. Uma cumplicidade de silêncios e de se-

que nada disto é com os cidadãos que pagam e votam. Por mais que todas estas riquezas envolvam todos os aspetos nevrálgicos da decisão democrática do futuro do país — desde a energia até ao ambiente; do emprego até à dívida.

E não se pense que o Governo não fala disto porque não liga. Ele está de tal modo empenhado que, a par desta autêntica campanha de concessões minei-